Título:	**AVALIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AGENDA CLIMÁTICA NO ÂMBITO MUNICIPAL**		
Autores:	Matheus Becker Quoos Professor Marco André Cadoná		
Área	[X] Humanas [ ] Sociais Aplicadas [ ] Biológicas e da Saúde [ ] Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	[ ] Ensino [X] Pesquisa [ ] Extensão [ ] Inovação

Resumo:
A transição da crise ambiental de um tema técnico para um tópico central e altamente polarizado no debate político representa uma das transformações mais marcantes das últimas décadas. Se no final do século XX a preocupação com o meio ambiente era enquadrada como questão pontual focada na preservação da natureza, no século XXI ela assume contornos de crise civilizatória e existencial. Nesse contexto global, enquanto a destruição da natureza avança, a elaboração de políticas de mitigação, preservação ou recuperação ocorre em centros de poder distantes da realidade territorial diretamente afetada. Em nosso país, essa visibilidade não tem se traduzido na consolidação de políticas públicas municipais robustas de mitigação e adaptação climática. O presente trabalho analisa como as dinâmicas políticas dos poderes Executivo e Legislativo municipais influenciam a adesão ou o esvaziamento da pauta ambiental, examinando as razões pelas quais a agenda climática de mitigação e prevenção possui baixa visibilidade em mandatos eleitorais nos Vales do Rio Pardo e Taquari, além de compreender o deslocamento do critério de avaliação pública em cenários de desastres socioambientais. A sustentação teórica fundamenta-se nas contribuições de Giddens (2010) sobre como a ausência de perigos imediatos gera omissão social e dilemas temporais aos gestores (o paradoxo de Giddens), articuladas às reflexões de Milani (2023) sobre arranjos paroquiais locais e de Schmidt (2024) acerca da necessidade de desatar a agenda ambiental dos ciclos eleitorais. Metodologicamente, realizou-se pesquisa exploratória, baseada em levantamento bibliográfico sobre Governança Ambiental e Gestão Pública, relacionando a análise das tramitações legislativas e das ações do Executivo aos referenciais teóricos e aos dados de opinião pública (Datafolha, IPEC e pesquisa UNISC/FAPERGS). Os resultados indicam que a pauta climática possui importância secundária para a popularidade dos gestores: embora 90% da população reconheça o risco e a ligação com as mudanças climáticas, o tema não se converteu em critério de voto para metade do eleitorado nas eleições de 2024, que prioriza demandas como saúde, segurança e infraestrutura. No Executivo municipal, a gestão direciona recursos para demandas imediatas em detrimento da sustentabilidade. No Legislativo, coalizões dominantes, como os setores imobiliário e da construção civil, atuam no bloqueio de propostas de alto impacto, desidratando matérias ambientais em normas de baixa eficácia. Entretanto, constata-se inflexão decisiva diante de eventos extremos: a régua da opinião pública migra da eficiência técnica para a dimensão simbólica do líder. O gestor que demonstra presença física e solidariedade acumula capital político, enquanto a omissão gera drástica rejeição. Diante dos limites da escala municipal para atuar isoladamente, evidencia-se a necessidade de buscar arranjos e consórcios regionais

para articular respostas mais efetivas. Conclui-se que o desafio governamental consiste em superar a lógica paroquial e eleitoral de curto prazo, transformando a pauta ambiental de um arranjo passageiro em política pública de Estado municipal de longo prazo.

Link do Vídeo:
https://drive.google.com/file/d/1zdBmLccxy1KdkKT6py0H_a9ZgeVa1RxQ/view?usp=sharing